

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 13/XIII/ 4.ª SL

Em 5 de dezembro de 2018, pelas 10 horas e 50 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Informações;**
2. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
3. **Distribuição de iniciativas europeias;**
4. **Discussão e votação dos pareceres sobre as seguintes iniciativas legislativas:**
 - **Proposta de Lei n.º 149/XIII/4.ª (GOV) - Consagra a aplicação do processo de execução fiscal à cobrança coerciva das custas, multas, coimas e outras quantias cobradas em processo judicial;
Relator: Deputado José Manuel Pureza (BE);**
 - **Proposta de Lei n.º 151/XIII/4.ª (GOV) - Altera as medidas de segurança obrigatórias em estabelecimentos de restauração ou de bebidas que disponham de espaços ou salas destinados a dança;
Relatora: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)**
 - **Proposta de Lei n.º 154/XIII/4.ª (GOV) - Altera o Regime Jurídico das Armas e suas Munições, transpondo a Diretiva (UE) 2017/853;
Relatora: Deputada Andreia Neto (PSD)**
5. **Discussão e votação do parecer sobre o relatório de progresso relativo à aprovação e entrada em vigor das leis e da consequente regulamentação referente à 3.ª Sessão Legislativa da XIII legislatura (15 de setembro de 2017 a 14 de setembro de 2018) e sobre o relatório de progresso relativo ao período entre 5 de abril de 2002 e 14 de setembro de 2018;
Relator: Deputado José Manuel Pureza (BE)**
6. **Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:**
 - **Proposta de Lei n.º 137/XIII/3.ª (GOV) - Regula a transferência, pelas transportadoras aéreas, dos dados dos registos de identificação dos passageiros, bem como o tratamento desses dados, transpondo a Diretiva (EU)2016/681;**
 - **Proposta de Lei n.º 143/XIII/3.ª - Altera a Lei de Combate à Droga, transpondo a Diretiva (UE) 2017/2103;**
7. **Votação dos seguintes requerimentos:**
 - **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP para audição pública de um conjunto de associações e individualidades sobre o regime jurídico das armas e suas munições;**
 - **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição de várias entidades no âmbito das alterações ao regime jurídico das armas e suas munições;**
 - **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição do Ministro da Administração Interna sobre o dispositivo policial na paralisação dos estivadores do porto de Setúbal;**
 - **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD para a constituição de um grupo de trabalho para o acompanhamento do processo legislativo da Proposta de Lei n.º 154/XIII/4.ª (GOV) – Altera o Regime Jurídico das Armas e suas Munições, transpondo a Diretiva (EU) 2017/853;**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 13/XIII/ 4.^a SL

8. Admissão e distribuição da Petição n.º 558/XIII/4.^a - Solicitam alterações legislativas, designadamente em matéria de imparcialidade e independência dos magistrados judiciais, na sequência de recentes acontecimentos em clube de futebol português;
9. Apreciação e votação do parecer solicitado pela Comissão de Saúde sobre a Petição n.º 494/XIII/3.^a - Solicita que seja instituída a Carta para a participação Pública em Saúde;
Relatora: Deputada Catarina Marcelino (PS)
10. Apreciação e votação de Relatório Final sobre a Petição n.º 541/XIII/3.^a - Declaração de inconstitucionalidade da Lei n.º 12/2011, de 27 de abril (nota de admissibilidade convolada);
11. Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;
12. Apreciação e votação das atas n.ºs 3 a 12/XIII/4.^a (correspondentes às reuniões de 3 a 24 de outubro e de 6 a 28 de novembro de 2018);
13. Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;
14. Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, procedeu-se à distribuição das seguintes iniciativas legislativas:

PROPOSTAS DE LEI

N.º e AUTOR	ASSUNTO	RELATOR
167/XIII/4. ^a (GOV)	Altera o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais.	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)
168/XIII/4. ^a (GOV)	Altera regimes processuais no âmbito da jurisdição administrativa e tributária	Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)

PROJETOS DE LEI

N.º e AUTOR	ASSUNTO	RELATOR
1024/XIII/4. ^a (PS)	5. ^a alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho (Lei da Procriação Medicamente Assistida) – Adequa o regime de confidencialidade dos dados ao disposto no Acórdão n.º 225/2018, de 24 de abril de 2018, do Tribunal Constitucional	Competente: Comissão de Saúde (9. ^a) (Em conexão com a 1. ^a Comissão)
1028/XIII/4. ^a (CDS-PP)	Quinta alteração à Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei de Organização do Sistema Judiciário): adita a competência do Tribunal da Propriedade Intelectual	Deputado Fernando Anastácio (PS)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 13/XIII/ 4.ª SL

1030/XIII/4.ª (BE)	Alteração ao Regime Jurídico da Geração de Substituição (quinta alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho)	Competente: Comissão de Saúde (9.ª) (Em conexão com a 1.ª Comissão)
-----------------------	--	--

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

N.º e AUTOR	ASSUNTO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO
1875/XIII/4.ª (BE)	Recomenda ao Governo a adoção de medidas para a garantia do direito a uma habitação digna para refugiados acolhidos em Portugal	Em Plenário
1877/XIII/4.ª (BE)	Recomenda ao Governo a revisão dos critérios de admissão ao programa “Português para todos”	Em Plenário

No ponto seguinte, foi distribuída a seguinte iniciativa europeia:

Referência	Designação	Prazo de Escrutínio	Deputado Relator
COM (2018) 719	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 516/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho no que diz respeito à reautorização dos montantes remanescentes autorizados para apoiar a aplicação das Decisões (UE) 2015/1523 e (UE) 2015/1601 do Conselho ou à sua afetação a outras ações ao abrigo dos programas nacionais.	12-12-2018	Deputado José Manuel Pureza (BE)

No quarto ponto, foi apreciado, em primeiro lugar, o [parecer](#) sobre a [Proposta de Lei n.º 149/XIII/4.ª \(GOV\)](#) - Consagra a aplicação do processo de execução fiscal à cobrança coerciva das custas, multas, coimas e outras quantias cobradas em processo judicial, que foi apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE), fazendo uma especial menção ao parecer da Procuradoria-Geral da República, na parte em que chamava a atenção para a legitimação da Autoridade Tributária e Aduaneira para a execução das multas criminais, uma vez que a qualificação do processo de execução fiscal como processo de natureza judicial só em certos casos era correta, ou

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 13/XIII/ 4.^a SL

seja, tudo poderia passar-se apenas sob o poder e controlo da Administração Pública. Seguiu-se no uso da palavra o Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD), que suscitou dúvidas em relação ao alcance da previsão da alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º da Proposta de Lei - «... e outras sanções pecuniárias fixadas em decisões administrativas,...» -, questionado se seriam todas ou apenas as decisões administrativas tomadas no contexto de um processo judicial, aspeto que seria importante clarificar, na fase da especialidade. No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

Em seguida, foi apreciado o [Parecer](#) sobre a [Proposta de Lei n.º 151/XIII/4.^a \(GOV\)](#) - Altera as medidas de segurança obrigatórias em estabelecimentos de restauração ou de bebidas que disponham de espaços ou salas destinados a dança, que foi apresentado pela respetiva relatora, Deputada Sara Madruga da Costa (PSD), e, no final, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

A solicitação da relatora, Deputada Andreia Neto, procedeu-se ao adiamento, para a reunião seguinte, da apreciação e votação do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 154/XIII/4.^a \(GOV\)](#) - Altera o Regime Jurídico das Armas e suas Munições, transpondo a Diretiva (UE) 2017/853

No quinto ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação do parecer sobre o relatório de progresso relativo à aprovação e entrada em vigor das leis e da consequente regulamentação referente à 3.^a Sessão Legislativa da XIII legislatura (15 de setembro de 2017 a 14 de setembro de 2018) e sobre o relatório de progresso relativo ao período entre 5 de abril de 2002 e 14 de setembro de 2018, que foi apresentado pelo respetivo relator, Deputado José Manuel Pureza, e, no final, submetido a votação, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

No ponto seguinte, procedeu-se à discussão e votação, na especialidade, da [Proposta de Lei n.º 137/XIII/3.^a \(GOV\)](#) - Regula a transferência, pelas transportadoras aéreas, dos dados dos registos de identificação dos passageiros, bem como o tratamento desses dados, transpondo a Diretiva (EU) 2016/681.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 13/XIII/ 4.ª SL

A proposta de lei, da iniciativa do Governo, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 6 de julho de 2018, após aprovação na generalidade.

Em 14 de junho de 2018, foram solicitados pareceres escritos às seguintes entidades: [Conselho Superior da Magistratura](#), [Conselho Superior do Ministério Público](#), Ordem dos Advogados e [Comissão Nacional de Proteção de Dados](#). Foi igualmente solicitada informação escrita à [Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna](#).

Em 9 de outubro de 2018, o Grupo Parlamentar do PSD apresentou [propostas de alteração](#) da iniciativa legislativa em apreciação, completadas, em 23 de outubro, por [propostas de alteração](#) do Grupo Parlamentar do PS.

Na reunião, encontrando-se presentes todos os Grupos Parlamentares, à exceção do PEV, procedeu-se à discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei e das propostas de alteração apresentadas. Da votação resultou o seguinte:

- Propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PSD:
 - Artigo 3.º, n.ºs 3 e 4 – aprovada com votos a favor do PSD e do PS e contra do BE, do CDS-PP e do PCP;
 - Artigos 5.º, n.º 1 e 7.º – aprovadas com votos a favor do PSD e do PS, votos contra do BE e do PCP e a abstenção do CDS-PP;
- Propostas de alteração apresentadas pelo Grupo Parlamentar do PS:
 - Artigos 10.º, n.ºs 1, a) e 3; 12.º, n.ºs 1 e 5; 14.º; 16.º, n.º 2; 19.º, n.ºs 4 e 5; 20.º e 24.º - aprovadas com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP, votos contra do BE e a abstenção do PCP;
- Restante articulado da Proposta de Lei (não objeto de propostas de alteração):
 - Artigo 3.º, n.ºs 1 e 2 e 5 a 9 – aprovado com votos a favor do PSD e do PS e votos contra do BE, do CDS-PP e do PCP;
 - Restante articulado – aprovado com votos a favor do PSD, do PS e do CDS-PP e contra do BE e do PCP.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 13/XIII/ 4.ª SL

O Senhor Presidente propôs ainda o aperfeiçoamento do título da Proposta de Lei, no sentido de ser aditada a identificação da Diretiva a transpor e da demais legislação alterada, através do inciso final “*do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, e procedendo à quarta alteração à Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna*”, tendo os Senhores Deputados Filipe Neto Brandão (PS) e Luís Marques Guedes (PSD) defendido ser preferível a sua consideração na fixação, pela Comissão, da redação final do texto.

Seguidamente, foi discutida e votada, na especialidade, a [Proposta de Lei n.º 143/XIII/3.ª \(GOV\)](#) - Altera a Lei de Combate à Droga, transpondo a Diretiva (UE) 2017/2103.

A proposta de lei, da iniciativa do Governo, baixou à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 12 de outubro de 2018, após aprovação na generalidade.

Não foram apresentadas propostas de alteração da iniciativa legislativa em apreciação

Na reunião, encontrando-se presentes todos os Grupos Parlamentares, à exceção do PEV, a Comissão procedeu à discussão e votação na especialidade da proposta de lei, tendo sido aprovados por unanimidade todos os artigos da proposta de lei.

No debate que antecedeu a votação, a Senhora Deputada Elza Pais (PS) usou da palavra recordando que fora relatora do parecer da proposta de lei e que era seu entendimento estarem reunidas as condições para se proceder à respetiva votação.

No ponto seguinte da ordem de trabalhos, procedeu-se à discussão conjunta do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP para audição pública de um conjunto de associações e individualidades sobre o regime jurídico das armas e suas munições, do Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE também para audição de várias entidades no âmbito do mesmo regime jurídico, e do requerimento apresentado pelo PSD, propondo a constituição de um grupo de trabalho para a realização dessas mesmas audições, que foram apresentados, respetivamente,



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 13/XIII/ 4.^a SL

pelos Senhores Deputados Telmo Correia (CDS-PP), José Manuel Pureza (BE) e Carlos Peixoto (PSD).

O Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE) explicitou que o requerimento do BE ia no mesmo sentido do apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, completando a lista de entidades a ouvir, por considerar que se tratava de um processo legislativo da maior importância. O Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP) propôs que fosse feita uma audiência pública para o efeito, na fase da especialidade. O Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) declarou existir consenso quanto à importância do tema, mas que era necessário definir qual a metodologia a adotar para a realização do conjunto de audições proposto, razão pela qual o Grupo Parlamentar do PSD apresentara um requerimento no sentido de ser constituído um grupo de trabalho para o efeito, na fase da discussão e votação na especialidade da Proposta de Lei n.º 154/XIII/4.^a.

O Senhor Deputado António Gameiro (PS) manifestou a concordância do seu Grupo Parlamentar quanto à realização do conjunto de audições proposto pelo CDS-PP e pelo BE, bem como com o requerimento do PSD de constituição de um grupo de trabalho para esse efeito, dado o elevado número de entidades a ouvir, grupo esse a criar após a aprovação na generalidade da Proposta de Lei, cujo agendamento em reunião plenária já se encontrava agendado para o dia 21 de dezembro. Por último, o Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP) insistiu que o requerimento apresentado pelo seu Grupo Parlamentar apontava para a realização de uma audiência pública, mas que tal não era impeditivo da constituição de um grupo de trabalho.

Submetidos a votação: o requerimento do Grupo Parlamentar do CDS-PP, para audiência pública de um conjunto de associações e individualidades sobre o regime jurídico das armas e suas munições, foi aprovado com votos a favor do PS, do BE, do CDS-PP e do PCP e a abstenção do PS; o requerimento do Grupo Parlamentar do BE, também para a audiência de um conjunto de entidades sobre o mesmo regime jurídico, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV; e o requerimento do Grupo Parlamentar do PSD propondo a criação de um grupo de trabalho, foi aprovado com votos a favor do PSD, do PS, do BE, do PCP e a abstenção do CDS-PP.



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 13/XIII/ 4.ª SL

Seguidamente, foi apreciado o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição do Ministro da Administração Interna sobre o dispositivo policial na paralisação dos estivadores do porto de Setúbal, que foi apresentado pela Senhora Deputada Sandra Cunha (BE). O Senhor Presidente informou que a audição regimental ordinária do Ministro da Administração Interna estava prevista para o dia 8 de janeiro, pelo que, caso o requerimento fosse aprovado e o requerente estivesse de acordo, o tema poderia ser tratado como ponto autónomo nessa audição, proposta que mereceu o acordo da Senhora Deputada Sandra Cunha (BE). O Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) referiu que o seu Grupo Parlamentar entendia que não se justificava a audição do Ministro da Administração Interna nesse âmbito, no entanto não votaria contra.

No final, submetido a votação, o requerimento foi aprovado, com votos a favor do PSD, do BE, do CDS-PP e do PCP e a abstenção do PS.

O Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) questionou se a inclusão, na audição regimental do Ministro da Administração Interna de dia 8 de dezembro, do ponto autónomo que acabara de ser aprovado seria feita no início ou no final da mesma, tendo o Senhor Presidente esclarecido que a prática seguida até então - a de incluir o ponto autónomo no início da audição - estava de acordo com a metodologia anteriormente consensualizada em reunião de mesa e coordenadores.

O Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD) usou da palavra para expressar que a deliberação tomada em reunião de mesa e coordenadores era meramente indicativa, cabendo ao plenário da Comissão a decisão sobre essa questão, adiantando também que a sua posição era contrária à acordada, ou seja, entendia que o ponto autónomo deveria ser tratado no final da audição regimental e não no início.

O Senhor Deputado José Manuel Pureza (BE) disse registar essa autocrítica do PSD sobre a sua atitude no passado, por se tratar de uma crítica áspera sobre o modo como tem sido feita a inclusão dos requerimentos autónomos (do Grupo Parlamentar do PSD) nas audições regimentais obrigatórias.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 13/XIII/ 4.^a SL

Face ao desconforto manifestado em relação à prática seguida e à deliberação anteriormente tomada sobre a matéria, o Senhor Presidente informou que iria agendar nova reunião de mesa e coordenadores para esse efeito, posição que mereceu a concordância do Senhor Deputado Telmo Correia (CDS-PP), pois considerou ser necessário aprofundar as regras quanto à metodologia a seguir nas audições dos membros do Governo em Comissão. Por sua vez, o Senhor Deputado Carlos Peixoto comunicou que o Grupo Parlamentar do PSD iria apresentar um requerimento para que essa questão fosse incluída na ordem de trabalhos da reunião seguinte da Comissão, por entender que devia ser o plenário da Comissão e não a mesa e coordenadores a decidir essas regras.

No oitavo ponto, foi admitida a [Petição n.º 558/XIII/4.^a](#) - Solicitam alterações legislativas, designadamente em matéria de imparcialidade e independência dos magistrados judiciais, na sequência de recentes acontecimentos em clube de futebol português, tendo sido designada relatora a Senhora Deputada Emília Cerqueira (PSD).

No ponto seguinte, por não se encontrar presente a relatora, Deputada Catarina Marcelino (PS), procedeu-se ao adiamento, para a reunião seguinte, da apreciação e votação do parecer solicitado pela Comissão de Saúde sobre a [Petição n.º 494/XIII/3.^a](#) - Solicita que seja instituída a Carta para a participação Pública em Saúde.

Seguiu-se a apreciação do relatório final sobre a [Petição n.º 541/XIII/3.^a](#) - Declaração de inconstitucionalidade da Lei n.º 12/2011, de 27 de abril -, que foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.

Não havendo lugar à apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética, passou-se ao ponto seguinte, que consistia na apreciação e votação das atas n.ºs 3 a 12/XIII/4.^a (correspondentes às reuniões de 3 a 24 de outubro e de 6 a 28 de novembro de 2018), tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade, na ausência do PEV.

Não havendo outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 12 horas e 10 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 13/XIII/ 4.ª SL

Palácio de São Bento, 5 de dezembro de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Bacelar de Vasconcelos)



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 13/XIII/ 4.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
António Gameiro
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Carlos Peixoto
Elza Pais
Emília Cerqueira
Fernando Anastácio
Filipe Neto Brandão
Isabel Alves Moreira
José Manuel Pureza
Luís Marques Guedes
Pedro Delgado Alves
Sandra Cunha
Sara Madruga da Costa
Telmo Correia
Teresa Moraes
Vânia Dias da Silva
Duarte Marques
Jorge Machado

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

José Silvano
Sandra Pereira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
José Luís Ferreira